

Demitidos agitam posse de Raimundo Colombo

"Temos na Celesc um conjunto de trabalhadores antigos que estão atravessando dificuldades. E gente atrás de trabalho e não atrás de emprego. Quero que você verifique as condições jurídicas para que todos eles voltem a trabalhar na empresa".

Este foi o primeiro pedido - público - que o governador Vilson Kleinübing fez a Raimundo Colombo, durante sua posse como presidente da Celesc, na última terça-feira. Os trabalhadores a que o governador se referia são os 102 demitidos das ex-cooperativas ou aprovados em concursos depois declarados irregulares. Com o acompanhamento da Intersindical eles estiveram, poucos minutos antes da posse, com o presidente Raimundo Colombo, que agendou uma reunião para discutir o assunto no mais tardar, na terça-feira, dia 8 de dezembro.

Os demitidos, em caravana, ocuparam o saguão central da empresa e foram vistos pelas mais de 500 pessoas que participaram da solenidade de transmissão de cargos da chefia da Celesc. E, foi na entrada do governador Kleinübing no prédio que pressionaram, mais uma vez, o Executivo para encontrar uma solução para o caso.

Na saída o governador foi questionado de novo, pois falou apenas em decisão jurídica. "Queremos que tome uma atitude política neste caso, efetivando as pessoas através de um decreto", reclamou um demitido. O governador respondeu que "dinheiro posso não ter para pagar salário, mas palavra ainda tenho. Não vamos recorrer na justiça."

SOLENE

A posse do diretor-presidente da Celesc, Raimundo Colombo, foi uma das cerimônias mais concorridas da administração estadual nos últimos tempos. A imprensa concluiu que deu a medida exata da importância do cargo e das intenções do PFL, de fazer de Raimundo Colombo o seu candi-

dato a governador em 1994. O próprio Kleinübing disse no seu discurso que a Celesc além de ter impulsionado o desenvolvimento do Estado, "formou bons homens públicos, gerou líderes".

Kleinübing deixou algumas determinações para Colombo, no seu discurso: "a Celesc tem que ser parceira e não inimiga da Eletrosul e portanto devem ser sócias para buscar geração própria de energia, sócias em Itá, sócias nos melhoramentos de nossas usinas, senão o Estado terá dificuldades no futuro".

Raimundo Colombo disse que "após o saneamento da empresa é possível agora se pensar no futuro, aumentar nossa capacidade de gerar energia".

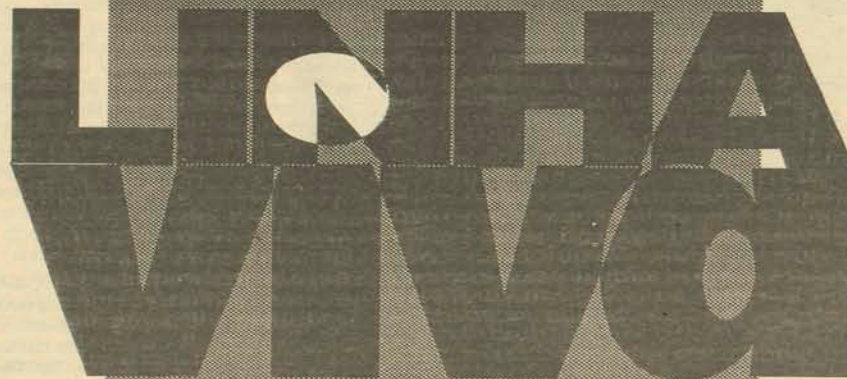


Demitidos lotaram saguão da Celesc

Falou, ainda, que a nova Lei das Concessões Públicas a ser votada em 1993, "vai permitir a vinda de novos investimentos e associações". Segundo Arno Cugnier, secretário-geral do Sinergia, "parece que o novo presidente desconhece a Lei de Concessão que tramita no Congresso Nacional. Ela vai impedir que concessionárias como a Celesc, entre nas licitações de renovação das concessões. Aliás, os sindicatos vem debatendo este assunto no Congresso para que o projeto não seja votado da forma como está".



Governador prometeu solução



Nº 206 4/12/92

Comando Suspende Negociação

O Comando Nacional dos Eletricitários suspendeu as negociações com a Eletrobrás, no dia 2 de dezembro, porque além da ausência de Eliseu Rezende, e a volta das propostas das empresas à mesa de negociação, não foi apresentada nenhuma posição sobre os itens pendentes.

O CNE informou os prepostos que só voltará a negociar depois de 19 de janeiro. Na avaliação do Comando as negociações não avançarão enquanto permanecerem as atuais diretorias das empresas e avalia que o momento é de juntar esforços para exigir mudanças do governo Itamar para o setor. Na Eletrosul está marcada uma assembléia geral de acionistas para o dia 18 de dezembro. Nas outras empresas isto deverá ocorrer no início de janeiro. Por isto, o CNE definiu reabertura de negociações para a segunda quinzena de janeiro.

ISTO É INCRÍVEL - Surpreendeu todas as empresas na reunião com o CNE, em Brasília, dia 2, as transferências que estão ocorrendo na Eletrosul. Geraldo Correa, assessor do DA, presente no encontro limitou-se a dizer que "desconhecia que isto estivesse ocorrendo".

Melhorando a CELOS

Warnel Cruz de Souza e Aramis Luiz de Novaes, representante dos empregados no Conselho de Curadores da Celos, mais o Diretor de Seguridade Social e técnicos da fundação, visitarão nos dias 7, 8 e 9 de dezembro, Fundação de Seguridade ligadas à Furnas, CESP e Cemig. O objetivo da viagem é conhecer os Planos de Saúde administrados por aquelas fundações, para obter subsídios para avaliação e melhorias no Plano AMHOR.

Debate

Nesta sexta-feira, dia 4 de dezembro, Mauro Passos, representando o Comando Nacional dos Eletricitários, estará debatendo à convite da USP (Universidade de São Paulo) a "Participação Privada no Setor Elétrico". O debate na universidade paulista contará, ainda, com a presença de Luiz Pinguelli Rosa, presidente da Associação Latino-americana de Planejamento Energético, do ex-ministro José Goldemberg e de Fernando Quartir, secretário de Energia do Estado de São Paulo.

Mais provas de superfaturamento



Há dois meses está na pauta da Linha Viva uma matéria sobre a importância e o orgulho que o CEFA (Centro de Formação e Aperfeiçoamento) dá para a Celesc e para Santa Catarina. Nela iremos mostrar que, além dos benefícios, a instituição é um centro de referência nacional, cedendo seus conhecimentos e tecnologia a outras empresas do setor elétrico do Brasil.

Duas semanas atrás, porém, fomos atropelados pelos fatos. Chegaram à redação denúncias de superfaturamento nas compras do restaurante do centro. Investigamos e confirmamos a denúncia, que foi publicada na edição passada do Linha Viva.

Esta semana recebemos novas provas de superfaturamento. Desta vez, é nas compras de carne. O rombo é maior do que se suspeitava. (Mais detalhes no final desta matéria).

A reportagem da semana passada foi contestada por alguns. Segundo eles, o CEFA sairia prejudicado, principalmente porque é um dos primeiros alvos do projeto de descentralização que a atual administração da Celesc quer implantar. Todos sabem que a Intersindical é contra a descentralização e este argumento soou para nós como uma chantagem. Nas entrelinhas eles diziam que se não calássemos estaríamos ajudando aqueles que querem esquarterar a empresa para poder privatizá-la.

Além da chantagem o argumento em si é muito pueril. E, já que a matéria

foi publicada é claro que ele sequer foi levado em conta. Por vários motivos. Primeiro: em nome de que virtude esconderíamos uma denúncia como esta? Segundo: Se o CEFA é motivo de orgulho para os celesquianos, como deixar que pessoas descomprometidas com a imagem da instituição enlameiem sua história. O melhor a se fazer pela integridade do CEFA é afastá-las. Terceiro: um dos argumentos da Intersindical contra a descentralização é justamente de que ela vai dificultar o controle sobre as administrações. Descentralizado o CEFA teremos tostões escorregando aqui, tostões embolados ali e um rombo talvez maior.

MAIS DENÚNCIAS

Ainda sobre superfaturamento do setor de compras de alimentos do CEFA, o Linha Viva comprovou na semana passada novas denúncias, desta vez em relação à carne comprada, no fornecedor costumeiro do centro, Marcos Tadeu da Silva, de Santo Amaro da Imperatriz. Ele vendeu para o CEFA, no dia 10 de novembro passado, Cr\$ 5.115.540,00 em carne. Cobrou, por exemplo, pelo quilo da ponta de agulha Cr\$ 18.900,00. No dia 27 de novembro, o Sinergia comprou a mesma carne, no mesmo açougue, a Cr\$ 15.000,00 o quilo. O quilo da rabada foi vendido ao CEFA por Cr\$ 19.600,00 e para o Sinergia, dezessete dias depois por Cr\$ 16.000,00. O quilo do tatu saiu para a Celesc por Cr\$ 29.600 e para nós por Cr\$ 25.000,00. A lingüiça suína frescal custou ao CEFA Cr\$ 19.800,00 o quilo. Para o sindicato ficou por Cr\$ 15.000,00 o quilo. A alcatra de Cr\$ 29.600,00 o quilo para o CEFA passou para Cr\$ 26.000,00 para o Sinergia.

Nestas contas não foi levado em consideração que entre o período da compra efetuada pelo CEFA e a venda feita ao Sinergia decorreram 17 dias, período no qual aconteceu um aumento da carne. Também, não foi computado que, no caso de grandes compras, o açougue dá descontos. No total da compra feita pelo CEFA no dia 10 de novembro, para os preços encontrados pelo Sinergia passaria de Cr\$ 5.115.540,00 para Cr\$ 3.965.400,00.

Ajude um colega

Os colegas de Maurício Veiga Korb, arquiteto que trabalhou na Eletrosul, estão realizando uma campanha visando angariar fundos para ajudá-lo. Ele sofreu um acidente, perdeu o braço direito e precisa se submeter a cirurgia

e tratamento de reabilitação. A conta aberta pela campanha é de número 058.053-0, do BESC, Agência 055. Os depósitos podem ser feitos até dia 18 de dezembro. Maiores informações com Soraya — 31-7000, ramal 7793 ou com Norton 31-7000, ramal 7576.

PRIVATIZAÇÕES

CASO DE POLÍCIA

(compilado de artigo do jornal Brasil/Agora)

No dia em que os meios de comunicação se interessarem pelo processo de privatização em andamento, escândalos como o da venda da VASP, em comparação, vão ficar parecendo brincadeira de crianças.

Dezesseis empresas já foram privatizadas, mas o Estado só recebeu 1,5% do patrimônio estimado destas estatais em dinheiro vivo (que deu no total 49 milhões de dólares). Isto é muito menos do que o governo gastou com a campanha publicitária do elefante a favor da privatização.

Mesmo estes números são subestimados. Na verdade todas estas estatais foram avaliadas em valores muito abaixo do que realmente valiam. A Usiminas, por exemplo, estimada numa auditoria independente em 4 bilhões de dólares, foi vendida por 1,3 bilhões de dólares. A Companhia Siderúrgica Tubarão recebeu investimentos estatais de 2 bilhões de dólares e foi vendida por 300 milhões de dólares. A Copesul, cujo patrimônio avaliado era de 2 bilhões de dólares foi privatizada por 797 milhões de dólares. A última privatização, já no governo Itamar, foi da Acesita, que dos 952 milhões de dólares que valia, passou para a iniciativa privada por 460 milhões de dólares e tudo em "moeda podre", vendidas no mercado com deságio, em média, da ordem de 45%.

Os próximos leilões já marcados venderão a CSN, Cosipa, Ultrafertil e Nitrofertil. Todas as em-

presas já privatizadas e estas quatro que o serão, tem muita coisa em comum. São empresas estabilizadas, lucrativas, ou potencialmente lucrativas sem atrasos tecnológicos significativos e pertencem às áreas que a Constituição permite privatizar. Todas elas produzem insumos básicos, que repercutem na formação de preços e são de importância estratégica.

Chama atenção neste processo de privatização também a forma nebulosa como se dão os leilões. O BNDES recusou-se em todos os casos a publicar dados fundamentais para os interessados nas compras. Isto inviabiliza a participação de médios e pequenos investidores, afinal quem vai pôr dinheiro num negócio que não conhece direito?

Nas empresas já privatizadas não se observou até agora nenhuma vontade dos seus compradores de realizarem novos investimentos. Na Usiminas, e isto é mais um escândalo, o único investimento novo foi de 75 milhões de dólares — um empréstimo do próprio BNDES — e outro de 26 milhões de dólares, vindos do Banco do Brasil. Esta é a demonstração mais cabal de que a privatização brasileira não conduz a realização de novos investimentos que possam alavancar um futuro ciclo de crescimento e desenvolvimento econômico.

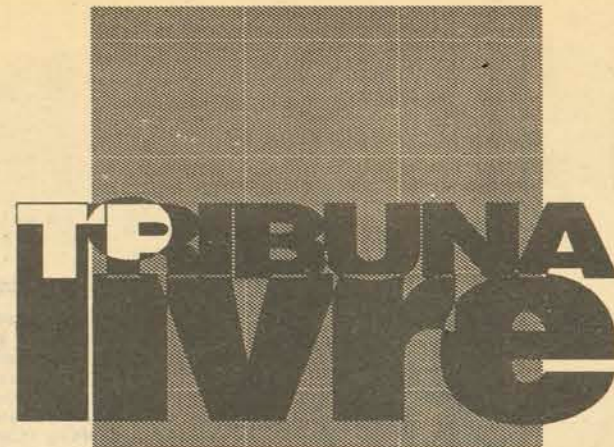
Em função da subavaliação da Ultrafertil na semana passada o presidente Itamar Franco suspendeu o leilão. Esta foi sua primeira intervenção direta no processo de privatizações.

E por aqui...

Aqui perto de nós, há poucos dias, foi denunciada uma fraude no processo de privatização da CSN (Criciúma), e pedida uma abertura de inquérito civil à Procuradoria Geral da República. O motivo seria que o empresário Realdo Guglielmi, atual proprietário da Nova Próspera Mineração (ex-CSN), foi beneficiado, 1º por mudanças no critério de licitação; 2º pelo uso indevido de créditos de outras empresas junto à CSN; 3º pelo uso de verba da própria Caixa Beneficente dos Fun-

cionários da Estatal e; 4º pela concessão de prazos maiores que os previstos para o pagamento da dívida.

A negociata envolvendo as privatizações está tão escancarada que até seus defensores fazem piadas a respeito. Estes dias o ex-ministro Delfim Neto afirmou que "o importante é privatizar as estatais deficitárias". Alguém lhe perguntou o que deveria ser feito então das estatais rentáveis. Ele respondeu: "é necessário que se tornem deficitárias".



Boca de Urna

Mauro Passos
Presidente do Sinergia

Há duas semanas, a Diretoria de Operações da Eletrosul, que após a "reforma administrativa" passou a se chamar diretoria de Produção (talvez porque produzir seja mais moderno que operar), decidiu, através de pesquisa, consultar seus empregados sobre o que eles achavam da situação atual. A pesquisa de uma vasta abrangência (mais de 70 perguntas), é capaz de identificar o sentimento dos empregados quanto à atual gestão.

Tão logo concluída, os sindicatos começaram a receber informações sobre o resultado, via pesquisa de BOCA DE URNA. Os resultados colhidos nas áreas mais representativas (em função da concentração de empregados), mostraram que a imensa maioria dos pesquisados apontaram o caos reinante na DO. O resultado não podia ser outro. O que fizeram com a Eletrosul nestes últimos dois anos, vai ficar marcado para sempre no seu corpo funcional.

Diferentemente das demais empresas do grupo Eletrosul, a Eletrosul, intitulada pela atual diretoria de "empresa referência do setor", partiu para a fragmentação da sua estrutura criando as chamadas "unidades de produção". Aqui, em Santa Catarina, foram criadas quatro unidades de produção: Palhoça, Tubarão, Joinville e Xanxerê.

Passo seguinte, para justificar a criação das áreas, era preciso levar pessoas para lá. Isto a princípio deveria ser um problema de difícil solução, já que transferir empregados implica em mudar toda família, trazendo sérios problemas sociais: Além disso a "reforma administrativa", reduziu o quadro de pessoal em 35% do efetivo, resultando na falta de empregados em vários setores (conforme relatório da própria empresa). Entretanto, este processo de transferência, foi resolvido pragmaticamente com o mesmo instrumento de sempre: a coação.

Com a maior cara-de-pau e com a menor dignidade possível, alguns gerentes da DO, entregaram cartas prontas (como se fossem escritas pelo próprio empregado), solicitando a transferência "por conveniência mútua". Chegaram ao requinte de incluir na redação que o interesse na transferência era do próprio empregado para não precisar pagar os direitos que ele teria, caso fosse transferido por necessidade da empresa.

Sem querer entrar no mérito dos problemas logísticos, funcionais, operacionais e econômicos desta medida descabida (por exemplo, necessidade de se construir novas instalações, montagem de oficinas, construção de refeitórios, problemas de transporte, necessidade de se comprar equipamentos e instrumentos, etc), mas nos atendo única e exclusivamente ao tratamento desumano que a diretoria dispensa a seus empregados, é que queremos tecer alguns comentários sobre o resultado do BOCA CE URNA da pesquisa.

Embora tenha sido restrita à DO, o resultado reflete o sentimento de toda Eletrosul. O descontentamento e a revolta com esta administração longe de estar adormecido, está guardado dentro de cada um de nós. De um ser humano você consegue tirar quase tudo. O emprego, o amigo, o direito trabalhista, a tranquilidade e a esperança. A única coisa que você não pode tirar é a dignidade. Mas até isto a direção da Eletrosul tentou. A resposta foi dada pela pesquisa. A BOCA DE URNA confirmou o desastre desta gestão, não só na área de pessoal como também na atividade fim, que é a sua área operacional. Ninguém fica impune a tamanha leviandade. A sociedade, um dia, vai cobrar.

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilloli. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Mari Cristina Scamazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Telex: 481555. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Democracia & Informação

Silvia Pavesi — jornalista

Está sendo lançado nesta semana, o segundo número do boletim quinzenal da Agência Ipsis Litteris, que é distribuído para mais de 150 veículos de comunicação de Santa Catarina (rádios, jornais, televisões e revistas) e para várias ONGs (Organizações Não Governamentais) espalhadas por todo Brasil. A agência Ipsis Litteris é vinculada à Fundação Democracia e Comunicação Adelmo Genro Filho. O objetivo da agência é fazer repercutir na imprensa informações que, normalmente, apenas uma pequena parte da população tem acesso.

A Ipsis Litteris usa como fontes, os jornais e boletins de sindicatos, de ONGs, do Dieese, da Ibase. Usa também os serviços da AGENFAX (Agência Ecumênica de Notícias) e, dentro e algum tempo, vai utilizar os serviços da REDE ALTERNEX que, através de computador, recebe diariamente mais de 100 páginas de informações de todo mundo.

ABERTURA

A Fundação Adelmo Genro Filho representa a seção catarinense do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Ela está aberta aos sindicatos, movimento populares, empresários e todos aqueles que se preocupam com a democratização e a qualidade de informação que são veiculadas todos os dias pela grande imprensa. Já que não se consegue derrubar o Roberto Marinho, o Fórum tenta impedir, pelo menos, que outros se formem. Foi através do Fórum que surgiu o Conselho de Comunicação no Congresso Nacional. Este Conselho vai atuar dando assessoria aos parlamentares nas questões de comunicação, principalmente na hora de conceder ou não licenças para rádios e televisões operarem.

E, foi acreditando que democratizar a comunicação é também uma questão de cidadania, que várias pessoas e entidades, resolveram criar aqui em Santa Catarina, a Fundação Adelmo Genro Filho. O SINERGIA está presente na Fundação. É com o apoio do sindicato que o noticiário da Ipsis Litteris tem sido feito. Além da agência utilizar os computadores, o sindicato, também, está bancando a reprodução do boletim quinzenal.

A Fundação Adelmo Genro Filho ainda não tem sede própria e funciona, temporariamente, no Sindicato dos Jornalistas profissionais de Santa Catarina (Mauro Ramos, 1624). Para receber o boletim ou mesmo para obter maiores in-

É um absurdo meia dúzia de pessoas determinarem o que mais de 100 milhões de brasileiros ouvem e vêem todos os dias.

formações sobre o Movimento Pela Democratização da Comunicação basta ligar para (0482) 24-1307.

A agência Ipsis Litteris, porém, é apenas uma das formas de atuação da Fundação Adelmo Genro Filho. Muito mais que isto precisa ser feito. Como diz o professor da UFSC, Marcos Ribeiro: "mexer com a comunicação é interferir na história do Brasil". Por isto, é preciso convencer mais e mais pessoas e entidades de que é necessário democratizar o acesso à informação; de que rádios e redes de televisões são bens públicos e de que é um absurdo meia dúzia de pessoas determinarem o que mais de 100 milhões de brasileiros ouvem e vêem todos os dias.

Microfone aberto

Uma das primeiras amargas lições que um jornalista aprende na profissão é que não existe neutralidade. Ele não é uma pessoa sem paixões e seu padrão muito menos. O que numa matéria é "protesto" vira "arrastão" em outra.

Mais tarde, ele descobre que pode compensar isto através do pluralismo e da informação. Isto dá mais trabalho, mas recompensa aqueles que são honestos. Só depois ele vai descobrir que também pode ter uma "missão": se esforçar constantemente para elevar o poder de crítica do leitor. Nunca julgar que as pessoas são bobas e jamais tentar embrutecê-las com a passividade.

Isto só é possível quando seu trabalho além do O QUE conta o COMO e o POR QUE.

Nos últimos anos os brasileiros têm observado e até sido vítimas da "neutralidade" da imprensa. Nos deparamos cada vez mais com matérias onde sobram objetivos e opiniões e falta a informação. Ao lê-las nos atemos a um fato ou à opinião de alguém e perdemos o sentido geral das coisas. A vida se transforma em vários fragmentos de segundos na tela da televisão.

Mas, isto não acontece por acaso. Uma pesquisa

recente, feita nos Estados Unidos, nos jornais New York Times e Washington Post, verificou que 75% das notícias veiculadas por eles vinham da própria fonte interessada (ou seja: são meras peças de marketing/publicidade). É que comunicação é um grande negócio. Em 1989, a mídia eletrônica no Brasil (TV e rádio) captou 1,5 bilhões de dólares em publicidade. E, não foi por bondade que Sarney ficou conhecido (e influente) quando em três meses autorizou 1.203 concessões de rádio e televisão.

Ter estes meios nas mãos muito mais que dinheiro, dá poder. Poder de dizer o que é ou não é importante, de esconder o que não lhe convém, minimizar o que não dá para ser escondido, mascarar a realidade.

Por isto é louvável ver que uma fundação como a Adelmo Genro Filho, (um brilhante, pensador político, crítico dos meios de comunicação e professor da UFSC até sua morte prematura), resolve investir todos seus esforços para além de desmascarar com informações os erros e distorções da imprensa, servir de microfone para quem jamais teria acesso a um veículo de informação. (Marli Cristina Scomazzon) jornalista LV).

